



# Anais da Assembléia

Nº 100

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 09 DE NOVEMBRO DE 1989

ANO XV

Ato da Presidência:

QUINTA-FEIRA

RESOLUÇÃO Nº 55/89

DATA: 09.11.89

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Iporã, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de CAFEZAL DO SUL.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do art. 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Iporã, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de CAFEZAL DO SUL.

"Tem como ponto inicial e final a foz do Córrego Divisor ou Iretama no Rio Xambrê, divisando com o Município de Pérola; pelo Rio Xambrê acima divisando com o Município de Xambrê; até a foz do Córrego Mariza, por este acima até o prolongamento da Estrada Santa Inês (ou Estrada Divisora das Glebas 3 e 4), por esta acima até a Estrada Divisória ou Saltinho, por esta até a Estrada Dr. Saldanha ou Divisora, pela Estrada Divisora ou Dr. Saldanha até o entroncamento da Estrada da Prata; pela Estrada da Prata divisando com o Município de Iporã até o seu final; nas proximidades do Rio Jangada, deste ponto em linha reta e seca alcança o Rio Jangada; pelo rio Jangada acima até a Ponte na Estrada Mosquito; pela Estrada Mosquito até a Estrada Divisa Byngton; pela Estrada Divisa Byngton até encontrar o Marco Zero, confrontando com a Estrada do Aeroporto; segue pela Estrada do Aeroporto até encontrar o marco Doze, ainda divisando com o Município de Iporã; deste ponto segue até o marco Onze, cravado às margens do Córrego do Azulão; pelo referido Córrego abaixo até o Marco Dez; deste ponto, segue pela Divisa de lotes até encontrar o Marco Nove; deste ponto, desce pelo Córrego Divisor ou Iretama, até a sua foz no Rio Xambrê".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 09.11.89.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Werner Wanderer.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Acir Mezzadri, Algaci Túlio, Amélia de Almeida Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Netto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Nereu Manfrinato, Djalma de Almeida, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Aquilino Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (51). Achando-se ausentes os Senhores Deputados Nelson Vasconcellos e Pedro Tonelli (02). Achando-se em licença o Senhor Deputado Algaci Túlio (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 80/89

Curitiba, 06 de novembro de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 84.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 1989.

o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a firmar, com o Município de Mariópolis, Termo de Cessão de Uso de uma área de 6.000,00 m<sup>2</sup> (seis mil metros quadrados), com frente para a Avenida Paraná, da sede daquele Município, contendo uma edificação em alvenaria, com 374,00m<sup>2</sup> (trezentos e setenta e quatro metros quadrados), havida pelo Estado conforme transcrição n° 6335, no Livro 3-G, às fls. 113/114, do Cartório de registro de Imóveis da Comarca de Clevelândia.

A medida ora proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa, consulta aos interesses do Estado e do Município de Mariópolis, tendo em vista que, segundo esclarecimentos prestados pelo Sr. Prefeito na área cuja autorização para cessão é pleiteada será implantado um viveiro de distribuição de mudas e uma horta comunitária, o que resultará em grandes e indiscutíveis benefícios para a população, mormente àquela mais carente de recursos.

O anteprojeto em referência contém dispositivo prevendo a utilização do imóvel exclusivamente para as finalidades já referidas, pelo prazo de cinco anos, prorrogável por mais dois anos, dispondo ainda que, caso seja usado para outros fins, haverá cancelamento automático da cessão.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar com o Município de Mariópolis, Termo de Cessão de Uso de uma área de 6.000m<sup>2</sup> (seis mil metros quadrados), com frente para a Avenida Paraná, da sede daquele Município, contendo uma edificação em alvenaria, com 374,00 m<sup>2</sup> (trezentos e setenta e quatro metros quadrados), havida pelo Estado conforme transcrição n° 6335, no Livro 3-G, às fls. 113/114, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Clevelândia.

Parágrafo Único - O cessionário deverá utilizar o imóvel referido neste artigo exclusivamente na implantação de um viveiro de distribuição de mudas e de uma horta comunitária, sob pena de automático cancelamento da cessão.

Art. 2° - A cessão de uso de que trata esta lei vigorará pelo prazo de cinco anos, contados da data em que for firmado o respectivo termo, podendo, mediante consenso entre as partes, ser prorrogado por dois anos.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

- À Diretoria Legislativa.

#### Ofícios:

Sob o n° DTL/SAT 204, 205 e 206/89, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei sob os seguintes números:

207/89:

De autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEAO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AOS IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU e autoriza a doação do imóvel que especifica à Fundação das Pioneiras Sociais, o qual convertido em Lei tomou o número 9107. - Anote-se. Arquite-se.

266/89:

Do PODER EXECUTIVO, que transforma em cargo de Simbologia DAS-4, o cargo em comissão de Diretor da Coordenação da Receita do Estado - CRE e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o número 9108. - Anote-se. Arquite-se.

267/89:

Do PODER EXECUTIVO, que reajusta, a partir de 1° de novembro de 1989, na forma que especifica, os vencimentos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o número 9109. - Anote-se. Arquite-se.

#### Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2365

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvindo-se o Douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação nesta Casa de Leis, do Projeto n° 269/89, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 09.11.89.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2368

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 284/89, de autoria dos Deputados Gernote Kirinus, David Cheriegate e Antônio Annibelli, que altera o Art. 1° da Lei n° 9008/89, que trata da criação do Município de Santa Tereza do Oeste.

Sala das Sessões, em 09.11.89.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 2388

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 302/89.

Sala das Sessões, em 09.11.89.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2367

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em Terceira Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.11.89.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 2377

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar pelo falecimento do Sr. ZEFERINO PÍCOLO, ocorrido em 06.11.89, na Cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à Sra. Amélia Topanoti Pícolo (Rua Antônio Hermínio de Figueiredo, 1748, Dourados - MTS); ao Sr. Valmor Pícolo, Diretor de Crédito Comercial do BANESTADO, Agência Santa Cândida e ao Sr. Sabino Pícolo, Gerente da Agência BANESTADO Juvevê, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09.11.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2387

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente aos familiares da Sra. ARACI DOS SANTOS DISTEFANO, genitora do Excelentíssimo Sr. Enéas Distefano, DD. Prefeito Municipal de São Mateus do Sul.

Que deste seja dada ciência ao Sr. Prefeito.

Sala das Sessões, em 09.11.89.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

São em momentos de perdas de nossos entes queridos que necessitamos de palavras e gestos daqueles que nos cercam.

REQUERIMENTO N° 2371

Senhor Presidente.

O Deputado JOÃO ARRUDA que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso de

mais um aniversário de emancipação política do Município de VERÊ - Estado do Paraná, ocorrido em 26 de outubro de 1989.

Sala das Sessões, em 09.11.89.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Plenamente justificada a homenagem requerida ao Município de Verê-PR.

Como os demais, emancipados pelos reconhecidos méritos, pelo magnífico valor do seu povo, tem representado uma célula de grande e inesgotável importância política e de produção para o Estado do Paraná. Honra-nos requerer a participação do Legislativo paranaense nessa justa homenagem ao Município de Verê.

REQUERIMENTO N° 2372

Senhor Presidente.

O Deputado JOÃO ARRUDA que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de emancipação política do Município de CAPANEMA - Estado do Paraná, ocorrido em 14 de novembro de 1989.

Sala das Sessões, em 09.11.89.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Plenamente justificada a homenagem requerida ao Município de Capanema-PR.

Como os demais, emancipados pelos reconhecidos méritos, pelo magnífico valor do seu povo, tem representado uma célula de grande e inesgotável importância política e de produção para o Estado do Paraná. Honra-nos requerer a participação do Legislativo paranaense nessa justa homenagem ao Município de Capanema.

REQUERIMENTO N° 2373

Senhor Presidente.

O Deputado JOÃO ARRUDA que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de emancipação política do Município de SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, ocorrido em 14 de novembro de 1989.

Sala das Sessões, em 09.11.89.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Plenamente justificada a homenagem requerida ao Município de Santo Antônio do Sudoeste.

Como os demais, emancipados pelos reconhecidos méritos, pelo magnífico valor do seu povo, tem representado uma célula de grande e inesgotável importância política e de produção para o Estado do Paraná. Honra-nos requerer a participação do Legislativo paranaense nessa justa homenagem ao Município de Santo Antônio do Su-

REQUERIMENTO N° 2374

Senhor Presidente.

O Deputado JOÃO ARRUDA que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de emancipação política do Município de PLANALTO - Estado do Paraná, ocorrido em 11 de novembro de 1989.

Sala das Sessões, em 09.11.89.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Plenamente justificada a homenagem requerida ao Município de Planalto-PR.

Como os demais, emancipados pelos reconhecidos méritos, pelo magnífico valor do seu povo, tem representado uma célula de grande e inesgotável importância política e de produção para o Estado do Paraná. Honra-nos requerer a participação do Legislativo paranaense nessa justa homenagem ao Município de Planalto.

REQUERIMENTO N° 2375

Senhor Presidente.

O Deputado JOÃO ARRUDA que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de emancipação política do Município de REALEZA - Estado do Paraná, ocorrido em 12 de novembro de 1989.

Sala das Sessões, em 09.11.89.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Plenamente justificada a homenagem requerida ao Município de Realeza-PR.

Como os demais, emancipados pelos reconhecidos méritos, pelo magnífico valor do seu povo, tem representado uma célula de grande e inesgotável importância política e de produção para o Estado do Paraná. Honra-nos requerer a participação do Legislativo paranaense nessa justa homenagem ao Município de Realeza.

REQUERIMENTO N° 2386

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja transcrita nos Anais desta Casa, a matéria publicada no Jornal do Estado, n° 1922, de 07.11.89, na Coluna Espaço Dois, sob o título "A Lapa e as cicatrizes do tombamento", de autoria do jornalista Narciso Assumpção.

Sala das Sessões, em 09.11.89.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

A matéria publicada no Jornal do Estado sob o título "A Lapa e as cicatrizes do

tombamento", espelha com fidelidade os acontecimentos que movimentam a lendária cidade, berço de heróis e de profunda resistência às injustiças que por vezes a assola.

O trabalho jornalístico de Narciso Assumpção, demonstra um alto grau de profissionalismo, sem qualquer tipo de distorção e de alto valor histórico das coisas paranaenses.

O referido jornalista tem se destacado freqüentemente no meio da comunicação social do Estado por feitos noticiosos fidedignos, como este, apresentado.

REQUERIMENTO N° 2362

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Senhor Gilson Mueller Berneck, pelo recebimento do título de "Madeireiro do Ano", conferido pela Classe Madeireira do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 09.11.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Na atual conjuntura brasileira a outorga de um prêmio, que significa reconhecimento ao trabalho empresarial, tem uma importância especial, porque é no momento da tempestade que mais se valoriza o timoneiro. Diante das circunstâncias da política econômica do país os empresários desenvolvem um trabalho ingente, lutando contra a recessão palpável e sofrida, contra as incertezas de um governo que se mostra tanto mais intervencionista quanto inseguro e incapaz, contra uma inflação sem controle e contra o próprio ceticismo da população.

Daí a razão que consideramos a premiação do empresário Gilson Mueller Berneck um verdadeiro e legítimo reconhecimento à capacidade e à dedicação de nossas lideranças empresariais o prêmio de "Madeireiro do Ano" conferido pela classe madeireira do Paraná a esse verdadeiro dínamo da nossa economia industrial, tem o aval de toda a sociedade porque reflete o reconhecimento de todos quanto admiram o trabalho desenvolvido pelos madeireiros do Paraná, que tem um grande e importante papel não só econômico propriamente dito como também social.

Gilson Mueller Berneck, é o paradigma dos nossos homens de negócios, que apuram a criatividade e se esforçam para se superar, mesmo nos tempos de maior dificuldade, servindo de exemplo para toda a sociedade. A homenagem prestada pelos madeirei-

ros do Paraná e, portanto, extensivos a todos os empresários representados na figura dinâmica, empreendedora do jovem empresário Gilson Mueller Berneck, a quem a sociedade muito fica ainda a dever porque é a personalidade dessa têmpera que ainda devemos a estabilidade da economia, que tem reflexo na estabilidade social.

A Assembléia Legislativa, por esta manifestação, congratula-se pela feliz escolha e associa-se às homenagens, como um reconhecimento amplo a toda a classe empresarial paranaense, em especial ao setor madeireiro, que se situa no meio das pressões e recebe os impactos dos extremos, de um lado a indústria e de outro o consumidor final, ambos com seus problemas e dificuldades. Na homenagem a Gilson Mueller Berneck, toda a classe deve se sentir também homenageada.

#### REQUERIMENTO N° 2363

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras do Paraná, tendo a frente o Dr. Miguel Zattar.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao dr. Miguel Zattar, para que receba e transmita a todos os seus companheiros de Diretoria e colaboradores, a homenagem do Legislativo Paranaense.

Sala das Sessões, em 09.11.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O empresário Miguel Zattar acaba de ser eleito para mais um mandato na Presidência do Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras do Paraná, fato este de maior relevância, pois representa o reconhecimento do setor abrangido pela entidade. Efetivamente, seu nome está intimamente ligado ao crescimento do Sindicato mercê ao trabalho desenvolvido em busca da maior interpretação empresarial e do fortalecimento da classe, que em seu conjunto exerce um papel preponderante no próprio desenvolvimento e modernização do Paraná, no que concerne a projetos e execuções na área do comércio de madeira.

Nos mandatos anteriores o Dr. Miguel Zattar, deu o maior de seu esforço na ampliação do número de filiados à entidade - condição primeira para seu fortalecimento e aumento de sua representatividade; trabalhou incansavelmente para pôr em prática um programa de administração capaz de modernizar o Sindicato objetivando prestar serviço sempre com maior e melhor qualidade, reafirmando sua independência e auto-

nomia. Além disso, deve ser evidenciado o trabalho do Presidente Miguel Zattar em conjunto com sua Diretoria no sentido de maior relacionamento com as áreas empresariais. Seu dinamismo, sua capacidade de trabalho e liderança como dirigente classista foram pontos decisivos para a recondução ao cargo, afigurando-se mais dois anos de trabalho em prol do crescimento do Sindicato.

A Assembléia Legislativa, congratulou-se com a nova Diretoria, como um reconhecimento amplo a toda a classe empresarial madeireira paranaense.

#### REQUERIMENTO N° 2364

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje voto de congratulações ao Município de Rio Negro pela passagem dos 119 anos de sua emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, José Müller e ao Vice-Prefeito, Senhor Oscar Geraldo Ribeiro Koster, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, cumprimentem a laboriosa população Rionegrense.

Sala das Sessões, em 09.11.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O próximo dia 15 de novembro, marcará a passagem do 119° aniversário de emancipação política de Rio Negro.

O município surgiu no ciclo do tropeirismo. Teve por longo tempo sua base econômica na indústria extrativa da madeira e erva-mate.

Quando Rio Negro completa 119 anos de emancipação, política, constatamos com muita satisfação que o Município atravessa fase de grande desenvolvimento econômico, urbanístico e social, graças ao desprendimento de sua gente, tendo à frente o Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito, bem como todos os Senhores Vereadores imbuídos nos mesmos propósitos para a grandeza do Município, daí a firmeza de trabalho e progresso de toda a sua população.

É possível sentir e viver hoje a transformação de Rio Negro, com seu crescimento, com seus administradores preocupados e compromissados com as mudanças que estão a promovê-las, sempre contando com o apoio e a participação do povo de Rio Negro, exultante de contentamento com o progresso e a qualidade de vida da população eminentemente trabalhadora.

É com grande júbilo que o povo rionegrense comemora o 119° aniversário de seu município. A certeza de dias melhores,

aliada a tudo o que o povo de Rio Negro conquistou com trabalho, a esperança de dias melhores, converte-se efetivamente numa certeza.

Nesta data tão significativa, todo o povo de Rio Negro é credor de nossa homenagem e do nosso reconhecimento, na certeza de que continuará com a mesma garra e a mesma pujança, sendo exemplo e cópia modelo para as demais cidades paranaenses.

#### REQUERIMENTO N° 2370

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consagração de votos de congratulações aos empresários Joel Malucelli e Jorge Nacli pela inauguração da agência matriz do Paraná Banco S/A, que será realizado no dia 10 de novembro de 1989.

Outrossim, REQUER, ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência aos homenageados no seguinte endereço: Rua Visconde de Nacar, 1441 - Curitiba-Pr.

Sala das Sessões, em 09.11.89

(a) JOÃO ARRUDA

#### JUSTIFICATIVA:

A inauguração do Paraná Banco S/A, por certo, será um marco em nosso Estado. É a característica do espírito empreendedor Joel Malucelli e Jorge Nacli, os quais com segurança ímpar estão conseguindo o respeito em todos os setores da sociedade, pela maneira séria e competente como dirigem suas empresas.

Ao Paraná Banco S/A os Deputados Estaduais do Paraná devem saudar com entusiasmo, desejando sucesso para a iniciativa.

#### REQUERIMENTO N° 2378

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pelo aniversário de emancipação política do Município de Jundaí do Sul, desejando aquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito, prossiga em seus trabalhos até alcançar a prosperidade desejada.

Do presente, REQUER, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 09.11.89

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### REQUERIMENTO N° 2379

Senhor Presidente.

Curitiba, quinta, em 09.11.89

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações a todos os vereadores da Câmara Municipal de Abatiá, pela aprovação de Títulos de Cidadão Honorário do município aos Senhores José Neia da Cunha, Joaquim Vieira dos Santos, Everaldo Reis da Rocha, André Emílio Guergolett e Woldir Souza e Silva, pois são eles merecedores dessa honraria em função dos benefícios que trouxeram ao desenvolvimento do Município de Abatiá.

Do presente, REQUER, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do Município de Abatiá.

Sala das Sessões, em 09.11.89

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### REQUERIMENTO N° 2390

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja encaminhado cumprimentos a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social - SEJA - e Banco do Brasil pelo 2° Encontro Estadual das Associações e Conselhos do Fundo de Desenvolvimento Comunitário FUNDEC.

Sala das Sessões, em 09.11.89

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO N° 2389

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja encaminhado cumprimento a nova Diretoria e dos Conselhos Deliberativos, superior e Fiscal da Casa do Estudante Luterano Universitário, eleitos em Assembléia Ordinária, no dia 24 de setembro.

#### DIRETORIA:

Presidente:	Rossenbergue Gomes dos Santos
1° Vice-Pres.:	Eugenio Rogério Vieira
2° Vice-Pres.:	Donizeti Camilo Soares
1° Secretário:	Jair Ferreira Humber
2° Secretário:	Wagner Elias da Costa
1° Tesoureiro:	Sandro Vilas Boas Dela Torre
2° Tesoureiro:	Pedro Augusto de Souza
Diretor de Patrimônio:	Gerson L. Stall
CONSELHO DELIBERATIVO:	Oswaldo Gomes C. Negrão, Achilles de Lari Jr., Glaucio Fernando Silva, Giberto Claudio Evalain e Bruno Torres Júnior.
CONSELHO SUPERIOR:	Ivan Paulo Schaly e Mauro Bruno Orso.
CONSELHO FISCAL:	Carlos Alberto Savedra Martinelli.

Sala das Sessões, em 09.11.89

(a) LINDOLFO JÚNIOR

## REQUERIMENTO N° 2366

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas solicitando o imediato recapeamento no quilômetro 299 da BR-376 - RODOVIA DO CAFÉ, o qual se encontra em estado precário devido à queda de uma barreira ocorrida a aproximadamente 5 anos.

1 - Diretor do DNER no Paraná, Senhor Toyoshi Sakai.

2 - Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Heinz Georg Herwig.

Sala das Sessões, em 09.11.89

(a) LINDOLFO JÚNIOR

## REQUERIMENTO N° 2384

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício à FASPAR, solicitando para o Município de Mariluz, a doação ou os recursos necessários para a aquisição de um pré-resfriador e equipamentos de embalagem para a vaca mecânica daquela localidade, para que seja facilitada a distribuição de leite de soja às famílias carentes.

Sala das Sessões, em 09.11.89

(a) NAMIR PIACENTINI

## REQUERIMENTO N° 2385

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o regimento, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja enviado ofício ao DECOM, solicitando a cópia do Edital de Licitação C n° 001/89, referente à Obra de Construção da nova Penitenciária de Piraquara, bem como, a Ata de Julgamento dos concorrentes e os critérios utilizados para se definir o vencedor.

Outrossim, solicito a informação se a execução já foi ou não contratada.

Sala das Sessões, em 09.11.89

(a) NAMIR PIACENTINI

## REQUERIMENTO N° 2369

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de ofício ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes - Doutor Heinz George Herwig, sugerindo mudança na sistemática dos recursos para o programa de pavimentação de estradas vicinais.

Sala das Sessões, em 09.11.89.

(a) JOÃO ARRUDA

## JUSTIFICATIVA:

O Programa de Pavimentação de Estradas Vicinais, com pedras irregulares, implementado pelo Governo estadual, vem merecendo referências elogiosas por parte de todos os segmentos da produção agrícola e pecuária.

Se os resultados positivos para produtores são inegáveis, é inequívoco, por outro lado, que com relação à participação dos municípios, merece reparos importantes.

Atualmente, da participação dos municípios consta a obrigatoriedade de construção de bueiros, valetas, fornecimento e implantação de tubos, terraplenagem e nivelamento do terreno. As empreiteiras cabe, somente, fornecer as pedras e a execução do calçamento; assim, recebem o trecho preparado, pronto para o calçamento e, ao final, o pagamento efetuado pelo Governo Estadual.

Merece divulgação, e uma providência séria por parte da Administração Estadual, o fato - já denunciado pelos Prefeitos - de as empreiteiras estarem recebendo, a preços do dia de hoje - em BTN's - o equivalente a NCz\$ 29,00 (vinte e nove cruzados novos) por m<sup>2</sup>, cabendo ao Município todos os gastos para a implantação da obra, para a qual, quando realizada com recursos próprios da Prefeitura, o custo, segundo informações que recebemos de alguns Prefeitos - permite realizar pavimentação em área três vezes maior.

Depreende-se do exposto que, repassados os recursos diretamente aos municípios, o mesmo valor empregado pelo Estado, para realizar o calçamento de 1 (um) quilômetro de estradas vicinais, permitiria, segundo o cálculo dos Prefeitos Sudoestinos, realizar 3 (três) quilômetros.

Só esse argumento coloca-nos em posição de solicitar ao Senhor Secretário dos Transportes, o necessário estudo para que se viabilize a mudança requerida, contratando o programa diretamente com os municípios e aumentando, assim, os benefícios à população interiorana.

## Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 312/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1° - Os vencimentos dos servidores públicos estaduais devem ser pagos até o último dia do mês vencido.

Art. 2° - Ultrapassado o prazo previsto no artigo anterior, o valor líquido será transformado em BTNF's (Bônus do Tesouro Nacional Fiscal), fixada para o último dia do mês vencido, autorizando-se o Banco do Estado do Paraná a creditar, em favor



do funcionário, o valor corrigido correspondente ao mesmo número de BTNF's (Bônus do Tesouro Nacional Fiscal) fixado para o dia em que se efetuar o depósito.

Art. 3º - Caso o último dia do mês vencido vier a incidir num sábado, domingo ou feriado, a correção será devida a partir do segundo dia útil do mês seguinte, sempre calculada na forma do artigo 2º desta lei.

Art. 4º - A Secretaria da Fazenda fica autorizada a proceder a compensação necessária para a execução desta lei, cujas despesas correrão pela dotação orçamentária própria.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.89.

(aa) LINDOLFO JÚNIOR  
JOSE ROGÉRIO CARVALHO

**JUSTIFICATIVA:**

O presente plano de lei tem por objetivo regulamentar o disposto no § 7º do artigo 27 da Constituição Estadual.

O referido dispositivo determina que os vencimentos dos servidores públicos devam ser pagos até o último dia do mês vencido, corrigindo-se os seus valores após aquela data.

É notório que estamos vivendo sob os efeitos de uma inflação superior a 1% (um por cento) ao dia.

Aquele dispositivo Constitucional foi aprovado com o voto dos signatários do presente, e, sem regulamentação, de nada valerá.

Considerando que o BTNF é o índice diário de correção adotado pelo Governo Federal, que o fixa nos dias úteis, e obedecendo o disposto no Código Civil Brasileiro, quanto aos vencimentos dos prazos nos sábados, domingos ou dias úteis, acreditam os autores deste plano de lei, que o mesmo deve ser aprovado.

**Projeto de Lei:**

PROJETO DE LEI N° 313/89  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**DECRETA:**

Artigo 1º - Os Praças de Polícia Militar regularmente matriculados em cursos de 2º e 3º graus, ou equivalentes, não serão escalados em horários que prejudiquem sua frequência aos cursos.

Artigo 2º - O Comandante do Batalhão será informado pelo Praça, no início de cada semestre, do seu horário de estudo, através de declaração emitida pelo estabelecimento de ensino.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

**JUSTIFICATIVA:**

Este projeto de lei vem ao encontro do anseio dos Praças da Polícia Militar do Paraná que procuram continuar seus estudos. Muitos deles são obrigados a abandonarem seus cursos por serem escalados em horários que inviabilizam sua presença nas aulas.

Mais do que atender as aspirações dos Sargentos, Cabos e Soldados da Polícia Militar, este projeto de lei ao incentivar a formação intelectual, cultural e humanista dos policiais, atende a uma aspiração da sociedade civil de ter uma polícia mais preparada, mais educada e mais capacitada.

A educação voluntária dos Praças da PM deve ser incentivada pelo próprio Estado-Maior da Corporação, pois quanto maior o nível educacional e cultural de seus integrantes, maior sua capacitação para cumprir a diversidade de caráter eminentemente civil.

Segundo assim, conclamamos todos os nobres Deputados desta Casa à aprovação deste projeto de lei, cerrando fileiras na defesa dos anseios dos Praças da Polícia Militar do Paraná.

PROJETO DE LEI N° 314/89  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**DECRETA:**

Artigo 1º - Os bens oriundos de heranças vacantes passam a constituir, para o fim previsto pelo Decreto-Lei Federal n° 8207, de 22 de novembro de 1945, patrimônio das Universidades Públicas Estaduais.

Parágrafo Único - Os bens móveis ou imóveis que compõem o patrimônio das universidades, de que trata o disposto neste artigo, ou do que for arrecadado com sua venda, devem ser obrigatoriamente destinados:

I - À construção e melhoria de moradias estudantis para os alunos de seus "campi";

II - A apoiar programas de assistência social voltados para os estudantes inscritos.

Artigo 2º - Ficam as Universidades Públicas Estaduais obrigadas a enviar trimestralmente à Comissão de Fiscalização e Controle da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos da lei, prestação de contas das heranças vacantes incorporadas ao seu patrimônio e a destinação que lhes foi dada.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

**JUSTIFICATIVA:**

Na sua grande maioria, os estudantes



das Universidades Públicas Estaduais, vêm enfrentando graves problemas quanto a onde morar enquanto se dedicam a seus cursos. Há falta de moradias estudantis e não há perspectiva para uma solução duradoura do problema, a partir dessas universidades e por vezes, nem soluções provisórias são oferecidas pelas reitorias.

Diante dessa situação os estudantes vêm-se quase que obrigados a buscar suas próprias soluções, através de "invasões" e "ocupações" que são temporárias, além de ficarem expostos à condições bastante precárias de moradia, colocando em risco o aproveitamento escolar.

A falta de um planejamento responsável para o ensino superior, aliado ao interesse de elitizá-lo impedindo o acesso de jovens de camadas menos privilegiadas da sociedade à universidade, obriga muitos estudantes que conseguem ingressar em universidades o façam em cidades que não são as suas, tendo, portanto, que se deslocar do seu local de moradia, às vezes por grandes distâncias, para cursarem o ensino superior. Junte-se a isto o descaso com que as universidades, entre elas as paranaenses, encaram a questão da moradia e assistência social e estudantil, principalmente após o ano de 1968, e se terá algumas explicações para o atual quadro de escassez de moradias estudantis.

Visamos com nosso projeto criar mecanismos que venham a resolver os atuais problemas de moradia estudantil, mecanismos esses que, acreditamos, por serem permanentes, farão com que a questão seja resolvida de forma duradoura, garantindo assim, a tranquilidade necessária àqueles que ingressam em nossas universidades, inclusive àqueles oriundos de classes trabalhadoras.

Para tanto fazemos uso do Decreto Lei Federal n° 8207, que destina as heranças vacantes "ao desenvolvimento do ensino universitário", no entanto, propomos a modificação de sua forma de aplicação em nosso Estado.

Por outro lado, entendemos que o desenvolvimento do ensino universitário está intimamente ligado à garantia daqueles que ingressam na Universidade, mormente mantidas pelo Poder Público, daí a nossa proposição.

#### PROJETO DE LEI N° 315/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Artigo 1° - Torna obrigatório o plantio de hortas comunitárias em escolas públicas que disponham de áreas cultiváveis.

Artigo 2° - O Estado, através do órgão competente, assumirá a responsabilidade

pela aquisição e distribuição das sementes para o plantio a que se refere o artigo 1°.

Artigo 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

O tamanho e a formação física da criança são ditadas pela hereditariedade e pelo meio em que vivem. Sua bagagem genética determina o crescimento de seus ossos e perfil psíquico, mas o seu desenvolvimento está nas mãos do meio ambiente. Portanto, nutrição e saúde são degraus importantes para que o indivíduo alcance o seu potencial.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que a alimentação de crianças entre 7 e 16 anos tenha valores calóricos entre 2.1 e 2.8 mil calorias, distribuídas entre seis refeições, devidamente equilibrada no que se refere aos nutrientes - carboidratos, açúcares, lipídios, proteínas, vitaminas e sais minerais.

A merenda escolar fornecida pela escola, que na maioria das vezes constitui-se na única refeição diária de algumas crianças, deveria corresponder a 1/4 das necessidades totais de calorias exigidas pela OMS. Portanto, em hipótese alguma uma ou duas refeições conseguirão suprir as necessidades de crescimento e desenvolvimento de uma criança. É importante levar em consideração que as crianças nesta faixa etária estão em plena atividade mental e sem nutrição adequada automaticamente terão seu raciocínio alterado, diminuído e enfraquecido.

O plantio das referidas hortas comunitárias nas áreas cultiváveis das escolas públicas, pode perfeitamente fornecer frutas e hortaliças como complemento alimentar das refeições que são feitas na própria casa do estudante, além de desenvolver nos mesmos, o hábito do cultivo e da produção, instruindo-os para o futuro com conhecimentos básicos sobre a importância do consumo destes nutrientes para a saúde como um todo.

#### PROJETO DE LEI N° 316/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

ARTIGO 1° - Autoriza o Poder Público, através do órgão competente, a promover uma Campanha Educativa versando sobre os problemas causados pelo "alcoolicismo", em placas e out-doors, locados nas rodovias públicas estaduais.

ARTIGO 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.89

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Médica, assim como muitos outros grupos profissionais, consideram o alcoolismo como uma doença. O Poder Judiciário também está reconhecendo-o como tal.

O alcoolismo é visto como uma doença na qual a preocupação com o álcool e perda de controle sobre sua consumação, como um tipo de dependência da droga, que pode prejudicar a saúde de uma pessoa e interferir na sua habilidade para trabalhar e viver em harmonia com outras pessoas.

As incapacidades físicas e as dificuldades de ajustar a vida podem contribuir para o desenvolvimento da doença, assim como resultar dela. Mas o fato chave é a perda de controle e ânsia pela droga, no caso, álcool.

A ênfase negativa que esta campanha pode proporcionar-lhes, sem dúvida, é lógica, pois recorre à mente e ao intelecto para ancorar um novo grupo de emoções dentro da estrutura da personalidade, que depois de algum tempo, pode repentinamente reconhecer que é muito diferente daquelas que anteriormente tiveram, trazendo à luz um novo ponto de vista.

E se levarmos em consideração o alto grau de desafio que o álcool representa na sociedade atual, onde constata-se que somos campeões mundiais em acidentes de trânsito com mortes, e que 80% são provocados pelo consumo abusivo de álcool, ficam fácil concluir-se pela aprovação unânime de uma medida paliativa, na verdade, mas que se conseguir converter um mínimo de pessoas, já terá cumprido uma relevante função social em benefício da vida do nosso estado e nação como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente nem no Grande Expediente. Passamos ao Horário das Lideranças. Consulto à Liderança do PMB, se fará uso do seu horário.

DECLINA.

Consulto à Liderança do PRP, se fará uso do seu horário.

DECLINA.

Consulto à Liderança do PTB, se fará uso do seu horário.

DECLINA.

Consulto à Liderança do PTN, se fará uso do seu horário.

DECLINA.

Consulto à Liderança do PFL, se fará uso do seu horário.

DECLINA.

Consulto à Liderança do PDS, se fará uso do seu horário.

DECLINA.

Consulto à Liderança do PDT, se fará uso do seu horário.

DECLINA.

Consulto à Liderança do PL, se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados, no dia 16 voltaremos nesta Casa, evidentemente com a anuência da Mesa, especialmente do nosso Presidente Anibal Khury, um projeto de suma importância, para o funcionalismo público do Estado do Paraná.

Projeto que visa reajustar mensalmente o salário dos servidores públicos do nosso Estado.

Precedentes já existem, no Rio de Janeiro o Governador Moreira Franco, enviou a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, uma mensagem onde autoriza o aumento, o reajuste mensal para os servidores públicos daquele Estado.

Isso já começa a acontecer nos demais Estados da nossa Federação. Nós entendemos que não existe qualquer diferença entre o trabalhador na iniciativa privada e o trabalhador do Poder Público, mesmo porque todos nós somos sabedores de que mês a mês as tarifas públicas vêm sendo reajustadas. E é preciso que nós, Deputados Estaduais, que já concedemos por unanimidade apoio a este projeto, por unanimidade votamos o requerimento solicitando regime de urgência para o reajuste do funcionário público do Estado do Paraná. Eu não tenho nenhuma dúvida de que nós também estaremos aqui no dia 16, votando este reajuste e oferecendo, desta forma, uma reposição digna para o funcionalismo público do nosso Estado.

Quero aproveitar e anunciar que estamos dando entrada a mais um projeto de lei complementar que regulamenta a correção dos valores dos vencimentos dos servidores estaduais, pagos após o último dia do mês vencido, na forma do parágrafo 7º do artigo 27 da Constituição Estadual. E diz o seguinte, Senhores Deputados: (lê) "Os vencimentos dos servidores públicos estaduais devem ser pagos até o último dia do mês vencido. Artigo 2º: Ultrapassado o prazo previsto no artigo anterior, o valor líquido será transformado em BTNF's, Bônus do Tesouro Nacional Fiscal, fixada para o último dia do mês vencido, autorizando-se o Banco do Estado do Paraná a creditar em favor do funcionário o valor corrigido correspondente ao mesmo número de BTNF's fixado para o dia em que se efetuar o depósito. Artigo 3º: Caso o último dia do mês vencido vier a incidir num sábado, domingo ou feriado, a correção será devida a

partir do segundo dia útil do mês seguinte, sempre calculada na forma do artigo 2º desta lei. Artigo 4º: A Secretaria da Fazenda fica autorizada a proceder à compensação necessária para execução desta lei, cujas despesas correrão pela dotação orçamentária própria. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

Senhor Presidente, Senhores Deputados; nós em nenhum momento, desta Tribuna, nos esquivamos em relação ao servidor público do nosso Estado. Votaremos todas as matérias que beneficiem esta laboriosa classe trabalhadora. E por outro lado, quero agradecer, aqui, o apoio e aquele que assina comigo este projeto de lei complementar, o Deputado José Rogério Carvalho, da Bancada do PSDB.

Por outro lado, queremos dizer que apoiamos integralmente aquilo que já vem sendo efetuado no Rio Grande do Sul e que o nosso amigo e companheiro Luiz Carlos Alborghetti propõe, que é o pagamento quinzenal. Parabéns, Deputado. Nós precisamos valorizar o funcionário público deste Estado. Obrigado, Senhor Presidente. Obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PT se fará uso do seu horário.

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PSDB, se fará uso do seu horário.

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PMDB, se fará uso do seu horário.

(DECLINA).

Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados

Sobre a mesa, projeto de lei complementar de autoria dos Senhores Deputados Lindolfo Júnior e José Rogério Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 282/89, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que altera a Lei nº 8.521, de 06 de julho de 1987, conforme especifica. (Loteria Estadual). EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só para registrar, por favor, meu voto contrário ao Projeto nº 282/89.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está registrado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 53/89, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Iporã, para que a população decida sobre a criação do Município de CAFEZAL DO SUL. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 293/89, de autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que declara de Utilidade Pública o "Instituto Florestal do Paraná", conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 301/88, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que denomina de "Prefeito Octávio Furquim" o trecho da PR 092 que liga os Municípios de Rio Branco do Sul e Cerro Azul neste Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado (Publ. no D.A. 112, de 26.10.88).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 301/88

Autor: Deputado ALGACI TÚLIO

P A R E C E R:

I - O ilustre Parlamentar, propõe projeto de lei, denominando o trecho da PR 092, que liga os municípios de Rio Branco do Sul a Cerro Azul, de "Prefeito Octavio Furquim".

II - O projeto, bem justificado, presta merecida homenagem ao político e pioneiro, de vida intocável, conduzido à Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul em 1947. Em 1957 foi eleito vereador e em 1955 foi novamente conduzido à Prefeitura.

III - Nas suas bem fundamentadas razões, diz o autor que "Octávio Furquim", homem de muitas bandeiras, foi voz veemente quando da luta pela abertura da estrada.

IV - Presta-se-lhe a homenagem em placa de rodovia em memória para sempre.

Parecer favorável. Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 22.08.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente  
NEREU CARLOS MASSIGNAN - Relator

PROJETO DE LEI Nº 301/89  
COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, o plano de lei em tela tem por objetivo denominar de "Prefeito Octávio Furquim", o trecho da PR 092 que liga os Municípios de Rio Branco do Sul e Cerro Azul, neste Estado.

Trata-se de uma justa e merecida homenagem ao homem político e pioneiro, que a frente da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, desenvolveu um trabalho com garra e coragem e que levou à emancipação do Município supracitado, tendo merecido o reconhecimento da comunidade.

Nos planos legal, constitucional e regimental inexistem óbices que possam vir a prejudicar o trâmite normal desta proposta pelos demais órgãos desta Casa, tendo assim merecido parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, conforme artigo 48, do Regimento Interno.

Assim sendo, esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar conforme o artigo 53 do Regimento Interno, vêm a fazê-lo por meio de seu Relator, pronunciando-se favoravelmente pela medida ora analisada, seguindo o entendimento da Comissão supra mencionada, pelas razões que acima mencionadas.

Nestas condições o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o PARECER.

Sala das Comissões, em 16.10.89

(aa) ACIR MEZZADRI - Presidente

JOSÉ FELINTO - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 29/89, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a "Associação Comunitária de Moradores e Amigos do Humaitá", com sede e foro na cidade de Almirante Tamandaré. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 06, de 07.03.89.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 029/89

PARECER:

O ilustre Deputado Algaci Túlio, deseja, através do Projeto de Lei n° 29/89, declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES E AMIGOS DO HUMAITÁ, com sede e foro na cidade de Almirante Tamandaré.

As diligências requeridas foram atendidas pelo autor. O plano legal encontra-se, pois, perfeitamente instruído. Não existe qualquer impedimento de natureza regimental, legal ou constitucional que possa impedir a normal tramitação, por esta Casa de Leis, do presente projeto.

Desta, maneira, apresentamos o parecer favorável. Pela aprovação!

É o parecer!

Sala das Comissões, em 24.10.89

(aa) ACIR MEZZADRI - Presidente  
ANTÔNIO COSTENARO NETO - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 163/89, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que declara de Utilidade Pública o "Conselho das Entidades Sociais Particulares de Curitiba", com sede e foro nesta Capital, com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 60, de 28.06.89).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 163/89

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Pirajá Ferreira, tem o presente plano de lei a finalidade de declarar de Utilidade Pública o "Conselho das Entidades Sociais Particulares de Curitiba", com sede e foro nesta Capital.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei n° 6.994, de 10/01/78, que dita as normas para declaração de Utilidade Pública, já que foi registrada em maio de 1988, sob o n° 11737, do Livro A-8, do Cartório de Títulos e Documentos em Curitiba, tendo conseqüentemente personalidade jurídica há mais de 1 ano e que está em efetivo exercício junto à comunidade de maneira desinteressada, ou seja, não tem fins lucrativos e que foi constituída com o propósito de congregar entidades de prestação de serviços sociais assistenciais e promocionais, propiciando a integração do trabalho social em planejamentos, estimulando a criação e a dinamização de serviços sociais, estimulando e promovendo o trabalho do voluntariado junto às instituições na área do bem estar social.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a legal tramitação do projeto de lei em tela por esta Augusta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos FAVORAVELMENTE a aprovação do Projeto de Lei N° 163/89.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.10.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

ANTÔNIO COSTENARO NETO - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 235/89, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública Estadual o "Movimento do Graal no Brasil", com sede e foro na cidade de Apucarana. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 81, de 19.09.89.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 235/89

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do

nobre Deputado Lauro Lobo Alcantara tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o "Movimento do Graal no Brasil", com sede e foro na Cidade de Apucarana.

Encontra-se o processo devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei n° 6.994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.10.89

(a) CÂNDIDO BASTOS - Presidente  
GERNOTE KIRINUS - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 240/89, de autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Professores - APP - da Escola Estadual Nóbrega da Cunha", com sede e foro no Município de Bandeirantes. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A. n° 81, de 19.09.89)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 240/89

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Valderi Vilela, tem a finalidade de declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores - APP - da Escola Estadual Nóbrega da Cunha, com sede e foro no Município de Bandeirantes.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei N° 6.994, de 10/01/78, que dita as normas para declaração de Utilidade Pública, já que foi registrada em 1974, sob a inscrição n° 1827, do Livro-A, tendo conseqüentemente personalidade jurídica há mais de um ano e que está em efetivo exercício junto à comunidade de maneira desinteressada, ou seja, não tem fins lucrativos e que tem por objetivo dar maior aproximação entre os professores, pais e responsáveis pelos alunos, cooperando na integração dos educandos ao meio social e na integração da escola e família na comunidade.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça, que possa impedir a legal tramitação do mesmo nesta Augusta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.10.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente  
ANTÔNIO ANNIBELLI  
Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 249/89, de autoria do Deputado RAUL LOPES, que declara de Utilidade Pública a "Associação da Vila Militar", com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. Publicado no D.A. n° 84 de 02.10.89.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER:

Analisando cuidadosamente o presente plano de lei, verificamos que atendeu às exigências expressas pela Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, instruindo-o com

a) Declaração de que a entidade está em efetivo exercício de suas atividades;

b) Declaração de que a entidade não remunera, nem distribui lucros, bonificações ou vantagens aos seus dirigentes;

c) Certidão de existência jurídica; e

d) Cópia dos Estatutos Sociais.

Tratando-se de proposição para reconhecimento de Utilidade Pública, propósito plenamente alcançado pela entidade conforme comprovam os documentos arrolados, a Comissão de Constituição e Justiça oferece ao projeto o PARECER FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 24.10.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente  
JOÃO ARRUDA  
Relator

Sobre a mesa, requerimento de n° 2377, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pestuti, constante do expediente. Aprovado - À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n° 2367 e 2368, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2365, de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Do Deputado Raul Lopes, deixa de ser votado porque não encontramos ainda a que se refere este Projeto de Resolução n° 64/89.

Requerimento de n° 2385, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Encaminhe-se à Presidência para fim de solicitação da correspondência.

Requerimentos de n° 2387 e 2388, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n° 2390, 2389 e 2366, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Jú-

nior, constante do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n° 2379 e 2378, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n° 2362, 2363 e 2364, de autoria do Senhor Deputado Antônio Anibelli, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n° 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374 e 2375, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2384, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2386, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 239/88.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 293/89.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 301/88, 29/89, 163/89, 235/89, 240/89, 249/89.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 165/89, 180/89, 242/89 e dos Projetos de Resolução n°s 49/89, 52/89, 65/89.

Lavanta-se a sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO EDUARDO BAGGIO, EM SESSÃO DO DIA 09 DE NOVEMBRO DE 1989.**

#### LAPA, E AS CICATRIZES DO TOMBAMENTO

Na Secretaria da Cultura, a Lapa, não passa do cerco. O historiador diz que é um lugar onde um monge socialista pretendia a revolução social. Os moradores contam que é berço de heróis. O Patrimônio Histórico Nacional crê que ali cabe a raiz histórica graduando passado, o presente e o futuro, no mesmo e único tempo do verbo ser. A História Militar do Brasil, tem a Lapa como monumento da manutenção da República, que iniciou por ali, transportando-a como solo de um dos maiores fatos da história, mudando até mesmo seu curso, quando teste-

munhou os 26 dias de cerco, e a morte do general Carneiro. A Lapa quer preservar sua história. Uma questão de preservar sua identidade, resgatando das mentes irresponsáveis dos depredadores seu coração de rico passado, por onde passaram os tropeiros com seu gado, cavalos e mulas.

Mas o repórter Narcísio Assumpção e a fotógrafa Dâmaris de Mello Weiss, pegaram uma carona no corte do tombamento de 14 quadras centrais e atravessaram matagais de reivindicações pastos de interesses, zoneando o progresso da comunidade, para mostrar que o povo da Lapa se prepara para uma nova revolução, numa época onde continua a moda do desrespeito à propriedade alheia.

A Lapa sempre foi solo de profundas resistências. Desde quando por lá chegou um profeta monge, para fazer da gruta sua assembléia eclesiástica. Desde quando um general de nome Gomes Carneiro, resistiu até a morte por um ideal de liberdade. No presente a Lapa resiste ao traçado de um tombamento, debruçado no autoritarismo, visto que não emanou de consenso popular, de 14 quadras centrais, que atinge posto de gasolina, e casas que não têm nada a ver com a história. No arrastão da resistência do povo está a compra de uma casa na confluência das Ruas Coronel Francisco Cunha e Westphalen, por um preço muito acima do estipulado pelo mercado imobiliário. Todas essas denúncias desembocam na Prefeitura, que não aplicou a democracia da licitação de preços para compra, deixando clara a venalidade, e no caso do tombamento, não tem se preocupado com residências de referência histórica, que caem em ruínas, enquanto no centro da Lapa, a desvalorização anda de mãos dadas, com a especulação, ambas amputando o progresso. E o povo mais uma vez faz a revolução. E resiste.

Isso quer dizer que a Lapa se classifica entre os grandes produtores estaduais de História. Acontece que os maiores produtores estaduais, têm como maior força a união do povo e a tradição da luta. Acontece, ainda, que a Lapa é salvo honrosas exceções, mais que uma página na história do Paraná e no brilho da resistência. Daí a denominação que se dá àquelas cidades que exportam história e fazem revoluções com a mesma frequência com que as outras inauguram praças: Produtores de História.

No Paraná, salvo honrosa exceção, a Lapa se destaca, porque há cidades que fazem revoluções, mas não exportam história.

Apesar, mesmo, da frequência com que vemos inauguradas muitas praças. Apesar, todavia, do evidente desenvolvimento econômico que sacode o território paranaense, elevando a cada dia que passa, o Estado a categoria de potência nacional. Apesar,



enfim, da construção da democracia via voto e da implantação de um novo tempo.

Apesar de tudo isso, a Lapa continua sendo exportadora de história. E volta a resistir, porque exporta história e faz revoluções. E resoluções exatamente do tipo mais leal à sociedade. Pela escolha.

Se a Lapa exporta história, como outros exportam café, soja, feijão, fibras, isso não depõe a favor da diversificação de sua produção, que é a ideal, no sentido do desenvolvimento harmônico da comunidade. Representa, simplesmente, que está se libertando do primativismo da cultura de campo, para evoluir para a cultura intelectual e histórica do próprio homem.

Do povo e seus representantes emana a proposta para um tombamento viável, e não o atingido pelo polígono, centralizado no zoneamento efetuado pela Prefeitura e ungido pela Secretaria da Cultura. Para José Rychwa, 62 anos, defensor da volta do Museu David Carneiro à Lapa. "O tombamento é um crime. Foi implantado como na mais vil ditadura. É uma lei absurda que enfaixa 14 quadras, sem levantamento racional, atingindo residências e prédios que nada têm a ver com a história. Faltou bom senso. Esse tombamento a granel pode ser razão para uma ação popular, já que se cometeu erro de organização, desrespeito ao direito do povo. Entendo que a Secretaria da Cultura faria maior benefício à comunidade, se devolvesse à Lapa o Museu que foi retirado daqui, e se interessasse em descobrir onde foi parar uma espada da revolução, que devia ficar aqui na Lapa e desapareceu misteriosamente, no caminho daqui à Curitiba" - sentenciou o descendente de poloneses José Rychwa. "Chega de lesa-pátria".

Fazer revolução na Lapa, já não direi, faz parte do processo. Pois todos nós, neste país, estamos participando de uma grande revolução, que é a escolha do presidente da República. Justamente da República que engatinhou na Lapa. Mas conforme argumentam os moradores, tanto o tombamento, como compra de patrimônio sem licitação, representam, simplesmente, a imaturidade política da qual ainda não se libertou, como costuma acontecer com adolescentes quando estão mais pra lá do que pra cá. Isto é, quando começam a atingir a idade adulta e praticam, muitas vezes, arbitrariamente, por força da vingança, atos que só podem ser praticados na idade infantil.

Essa comparação poderia parecer, até uma justificativa para os acontecimentos que tiveram por epicentro a cidade da Lapa, que o general Gomes Carneiro escolheu para plantar a República e morrer no dia 9 de fevereiro, às 17 horas. Exatamente essa Lapa orgulho de todo um povo, demonstração concreta, perante as autoridades, do que

ela é capaz, pois constitui os principais objetivos dos rebeldes. Se esse objetivo for destruir sua história teremos na sua rebeldia, mais um atenuante, além daquele amor à terra. "Teremos a razão ao nosso lado. Teremos a resistência como símbolo de uma época" - como ensinou a professora Irene Pires, descendente dos fundadores da Lapa.

"Sou a favor de um tombamento honesto, visando preservar tudo aquilo que deve ser preservado para os que virão. Por exemplo a Casa Vermelha, que faz parte da história da Lapa foi tombada pelo Patrimônio Nacional, mas este prédio onde eu moro, não tem nem 40 anos e foi tombado, desvalorizando o imóvel e nada contribuindo para a nossa história. Somos contra isso. Da maneira como está sendo feito o tombamento. É claro, que a comunidade deve ser ouvida. Isso é da democracia", esclareceu a professora Irene, hoje aposentada, e que se orgulha de pertencer a família de pioneiros e de ter sido diretora da Escola Normal e de Aplicação, educandários que ajudaram a formar a índole e o caráter de muitas pessoas, atualmente, juizes, advogados, professores e políticos. Quando evoca uma administração que visa a comunidade, ela salientou seu parente político Trajano Pires, que foi prefeito da Lapa e muito fez para o seu desenvolvimento. "História tem caráter para dar, emprestar e vender a longo prazo.

Sem juro, "ministra a professora Irene do alto de sua sabedoria. A Casa Vermelha, atualmente tombada pelo Patrimônio Nacional é de sua família.

Mas, a se dar crédito ao que revelam os patrocinadores do tombamento quanto aos planos que serão executados, parece ser o objetivo bombardeá-la. Para depois dividir as capitâneas do lucro imobiliário.

Se eles se dispunham bombardear a Lapa, mostram que por trás deles, existem forças reacionárias que se opõem a história, simbolizando por compra desnecessária de uma casa, pois nos fundos da Casa da Cultura existe um amplo terreno, que se construído para ampliar a biblioteca, ficaria mais barato para a municipalidade. Por um tombamento que não passou pela Câmara de Vereadores.

Mas ao bombardear a Lapa com desmandos, foi oferecido à denúncia, uma demonstração de primarismo não apenas político, mas cultural, "tout-court", do tipo coveiro da tradição, o que em última análise, foi mais um ponto a favor da tese antidemocrática, responsável pela volta de muitas lutas pela liberdade, ao funeral dos acontecimentos.

Exportador de história que se preza, posto que desdobra a vida no momento do acontecido, passa das revoluções com ti-



ros, bombas, sangue e mortes para o argumento. O deslize de cálculo no tombamento, ou zeros a mais na compra podem fazer uma guerra. Que fará com que se perca o romantismo das revoluções, com que o profeta João Maria de Jesus, e o General Carneiro, fiquem a esta altura, a condenar os seus autores, como os piores colegas que já tiveram.

No entendimento da dona Diair Jansen, e de seu marido Lotário, "o Centro Histórico deve ser melhor cuidado, mas o novo tombamento não é claro, e as coisas devem ser colocadas nos seus devidos lugares. É muito estranho essa compra da propriedade de Hanna Isbert, perto do Pantheon, e confiamos na negativa de aval dos vereadores.

É claro que o que tem que ser preservado, deve ser, mas não concordamos com o tombamento feito em nossa casa, que só tem 30 anos. Isso não traz benefícios à história. A Prefeitura tem que cuidar e manter os já tombados, e voltar sua determinação para tombamento das casas realmente históricas, muitas abandonadas e em ruínas", denunciaram.

O Deputado Eduardo Baggio, nascido na Lapa, prefere colocar a questão em nível de governo estadual, e adiantou que obteve do governador Álvaro Dias a disposição de revogar o projeto e ouvir a comunidade lapaense. "Estamos aguardando a resposta do governador, que por lei, poderá revogar o tombamento. Acho isso importante em prol da liberdade do povo da Lapa", reivindicou. O parlamentar no entanto, foi mais longe citando a Constituição Estadual no seu artigo 55, das Disposições Transitórias. "Ficam revogadas, a partir da data da promulgação desta, todas as leis, decretos, ou atos administrativos, que de qualquer modo interfiram na administração municipal. Isso está no Projeto n° 2 da Constituição Estadual, e o governador tem chance até o dia 5 de outubro para ficar do lado do povo da Lapa, senão, a própria história legal se encarregará de suprimir o erro", deixou claro Baggio.

Da mesma opinião, mas mais contundente é o Deputado Paulo Furiatti, também filho da Lapa, e considera importante que seja ouvido o povo e seus representantes, pois o mesmo está sendo lesado no seu direito de propriedade. "Não podemos aceitar manobras suspeitas, e admiro a Secretaria da Cultura usando dois pesos e duas medidas na questão do tombamento, demonstrando que a justiça é cega, pois pactuou com o polígono efetuado pela Prefeitura, deixando aproximadamente 15 propriedades que cabiam como patrimônio histórico fora da área, e tombando prédios e residências sem valor nenhum historicamente. Por que, muitas casas antigas e históricas ficaram de fora? A Lapa necessita urgente-

mente de um plano turístico para maior ativação e conhecimento da história, pois já temos tombados a Casa Vermelha, hoje o Centro de Artesanato lapaense, o Theatro São João, a matriz de Santo Antônio, o Pantheon dos Heróis, a Casa Lacerda, o Museu de Armas e Casa de Câmara e Cadeia, tudo isso precisa ser mais divulgado e culturalmente ampliado. Ao invés disso, vemos a mediocridade administrativa e a rapinagem tomar conta da cidade, enfatizou Furiatti. "O resto é avanço na propriedade alheia".

A onda de revolta atingiu também o ex-ministro da Saúde Luiz Carlos Borges da Silveira, que apelou para a consciência e a lisura do governo estadual e preferiu fazer perguntas. "Na Avenida Manoel Pedro, antiga Rua das Tropas, somente alguns trechos foram tombados, em pontos estratégicos. A verdade é que na sua extensão existe um terreno com exatos 1.600 metros quadrados, uma área vaga, onde existia uma casa centenária que foi demolida, de esquina, que é propriedade do prefeito Sérgio Leoni, só que deliberadamente desviado da linha de tombamento. Como é que pode? Queremos seriedade na administração da coisa pública. Precisamos de projetos éticos, que visem resguardar nossa história e cultura, e antes de mais nada, precisamos ficar do lado do povo, declarou Borges da Silveira.

A Lapa tem hoje, perto de 36 mil habitantes, divididos em 16 mil na área urbana e 22 na rural. Aproximadamente 23 mil dessas almas vão votar para presidente do Brasil, incluídos aí, os de dezesseis anos, inaugurando os trajes que vestem a democracia.

A cidade tem os seus limites numa área de 2.193 quilômetros quadrados, e além de exportar história, cultivava batata inglesa, feijão, pêssego, soja e maçã. A avicultura, a bovinocultura e suinocultura tem lugar de destaque. Mas na determinação de sua gente é que brota a esperança de um povo que não se dobra.

É a mesma esperança de todos, do agricultor, da professora, do aposentado, do engenheiro, do advogado, do político. Na Lapa, hoje, ninguém escapa de ter esperança.

Na verdade, é na sua história. Mas ninguém se engana, a força que o povo faz para reivindicar o melhor para si, não é só para contestar o prefeito. Todos sabem, hoje, na legendária Lapa, que é necessário, preservar o direito de todos, e ajudar com sentimento no passado histórico e construir o respeito pela democracia, que não é tão somente fruto de fatores objetivos. É também de fatores subjetivos, como a confiança. Confiança na verdade emanada do poder e na realidade política. As li-

nhas de um tombamento subterrâneo e sus-  
peito, a compra de propriedade sem uma co-  
missão de avaliação, demonstram queda, e  
afora os fatores objetivos conhecidos,  
provará que, fora das cercanias da Lapa, o  
conceito histórico se deteriorou. Desacre-  
ditou-se.

#### Ata das Comissões:

##### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

#### 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 2.<sup>a</sup> REUNIAO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de ou-  
tubro de um mil novecentos e oitenta e  
nove, na sala de Reunião das Comissões,  
reuniu-se esta Comissão sob a Presidência  
do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.  
Havendo número legal, o Senhor Presi-  
dente deu início aos trabalhos. Não haven-  
do expediente e dispensada a leitura da  
ata anterior, passou-se a seguinte Ordem  
do Dia: 01) Projeto de Lei n. 185/88, de  
autoria do Deputado José Rogério Carvalho.  
Relator Deputado Paulino Delazeri. Parecer  
FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei  
n. 226/88, de autoria do Deputado Ezequias  
Losso. Relator Deputado Neivo Beraldin.  
Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 03) Projeto  
de Lei n. 269/88, de autoria do Deputado  
Lindolfo Júnior. Relator Deputado Neivo  
Beraldin. Parecer CONTRÁRIO - REJEITADO.  
Nada mais havendo a tratar, o Senhor Pre-  
sidente encerrou a reunião, da qual, para  
constar e produzir seus efeitos legais,  
lavrei a presente Ata, que após lida e  
aprovada, será assinada pelo Senhor Presi-  
dente e por mim Idílio Débora Gineste,  
Secretário da Comissão.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Presidente

IDÍLIA DÉBORA GINESTE

Secretária

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 17.<sup>a</sup> REUNIAO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de ou-  
tubro de um mil novecentos e oitenta e no-  
ve, reuniu-se ordinariamente na sala de  
reunião das comissões a Comissão de  
Constituição e Justiça, sob a presidência  
do Senhor Deputado Cândido Bastos, mais a  
presença dos seguintes Senhores Deputados:  
Djalma de Almeida César, Gernote Kirinus,  
Antônio Costenaro, José Rogério, João Ar-  
ruda, Antônio Annibelli e Acir Mezzadri.  
Não havendo expediente a ser lido e dis-  
pensada a leitura da Ata da reunião ante-  
rior, passou-se à Ordem do Dia: 01) Pro-  
jeto de Lei n. 160/87, de autoria do De-  
putado Luiz Antonio Setti. Relator Depu-  
tado Hermas Brandão. Parecer CONTRÁRIO -  
REJEITADO. 02) Projeto de Lei n. 029/89,

de autoria do Deputado Algaci Túlio. Rela-  
tor Deputado Antônio Costenaro. Parecer  
FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei  
n. 163/89, de autoria do Deputado Pirajá  
Ferreira. Relator Deputado Antônio Coste-  
naro. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04)  
Projeto de Lei n. 203/89, de autoria do  
Deputado Orlando Pessuti. Relator Deputado  
Antônio Costenaro. Parecer FAVORÁVEL -  
APROVADO. 05) Projeto de Lei n. 223/89 de  
autoria do Deputado Basílio Zanusso. Rela-  
tor Deputado Antônio Annibelli. Parecer  
FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei  
n. 228/89, de autoria do Poder Executivo -  
Mensagem n. 064/89. Relator Deputado Djal-  
ma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL -  
APROVADO. 07) Projeto de Lei n. 235/89, de  
autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara.  
Relator Deputado Gernote Kirinus. Parecer  
FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei  
n. 237/89, de autoria do Deputado Namir  
Piacentini. Relator Deputado Gernote Kiri-  
nus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 09)  
Projeto de Lei n. 239/89, de autoria do  
Deputado Tadeu Lúcio Machado. Relator De-  
putado Acir Mezzadri. Parecer no sentido  
de aguardar um ano de personalidade jurí-  
dica. 10) Projeto de Lei n. 241/89, de au-  
toria do Deputado Valderi Vilela. Relator  
Deputado Gernote Kirinus, requer seja  
transformado em diligência junto ao autor.  
DEFERIDO. 11) Projeto de Lei n. 242/89, de  
autoria do Deputado Valderi Vilela. Rela-  
tor Deputado Gernote Kirinus. Parecer FA-  
VORÁVEL - APROVADO. 12) Projeto de Lei n.  
243/89, de autoria do Deputado Basílio Za-  
nusso. Relator Deputado Djalma de Almeida  
César, requer seja transformado em dili-  
gência junto ao autor. DEFERIDO. 13) Pro-  
jeto de Lei n. 247/89, de autoria do Depu-  
tado Anibal Khury. Relator Deputado Gerno-  
te Kirinus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO.  
14) Projeto de Lei n. 249/89, de autoria  
do Deputado Raul Lopes. Relator Deputado  
João Arruda. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO.  
15) Projeto de Lei n. 255/89, de autoria  
do Deputado Cândido Bastos. Relator Depu-  
tado Homero Oguido. Parecer FAVORÁVEL -  
APROVADO. 16) Projeto de Lei n. 258/89, de  
autoria do Deputado Lauro Alcantara. Rela-  
tor Deputado Sabino Campos. Parecer FAVO-  
RÁVEL - APROVADO. 17) Projeto de Lei n.  
259/89, de autoria do Deputado Eduardo  
Baggio. Relator Deputado João Arruda. Pa-  
recer no sentido de aguardar um ano de  
personalidade jurídica. DEFERIDO. 18) Pro-  
jeto de Lei n. 264/89, de autoria do Depu-  
tado Nilton Barbosa. Relator Deputado Ger-  
note Kirinus. Parecer FAVORÁVEL - APROVA-  
DO. 19) Proposição veto n. 057/89, de au-  
toria do Poder Executivo - Ofício  
DTL/158/89, que veta o Projeto de Lei n.  
326/84, de autoria do Deputado Nelson Vas-  
concellos. Relator Deputado Sabino Campos.  
Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 20) Proposi-

ção veto n. 058/89, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/156/89, que veta o Projeto de Lei n. 323/84, de autoria do Deputado Nelson Vasconcellos. Relator Deputado Sabino Campos. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 21) Proposição Veto n. 059/89, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/157/89, que veta o Projeto de Lei n. 324/84. Relator Deputado Sabino Campos. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 22) Proposição Veto n. 061/89, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/174/89, que veta o Projeto de Lei n. 337/88, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado. Relator Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 23) Proposição 063/89, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 074/89. Relator Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Everlei Terezinha Cleto Chaves.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

EVERLEI TEREZINHA CLETO CHAVES

Secretária

#### Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N° 396/89  
conceder, nos termos do parágrafo único, do Art. 247, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, a SÔNIA GORETI CARVALHO, matrícula n° 058, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "C", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, licença especial de três (03) meses, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 1° quinquênio, compreendido entre 1° de fevereiro de 1984 e 1° de dezembro de 1988, antecipado em razão da incorporação das férias de 1985, contadas em dobro.

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO", em 04.10.89

(Prot. n° 6350)

DECRETO LEGISLATIVO N° 412/89.  
conceder, com fundamento nos Arts. n° 208, inciso VII; 240, parágrafo 1° e 2°, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, a DEONILSON ROLDO, matrícula n° 117, ocupante do cargo de Jornalista, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, licença sem vencimentos pelo prazo de dois (02) anos, para o trato de interesses particulares.

#### DECRETO LEGISLATIVO N° 416/89

revogar, a pedido, na parte que designou o funcionário ELDO GEVEZIER, matrícula n° 056, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "D", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe do Setor de Execução Orçamentária, da Diretoria de Apoio Técnico.

(Prot. n° 8863.)

#### DECRETO LEGISLATIVO N° 417/89

mandar pagar, à ALDO LAVAL, ex-Deputado Estadual Constituinte de 1947, pensão mensal correspondente a cinquenta por cento (50%) dos subsídios fixos dos Deputados Estaduais, de acordo com o Art. 246, da Constituição do Estado do Paraná, promulgado em 05 de outubro de 1989, a partir da data da promulgação.

(Prot. n° 9070.)

#### DECRETO LEGISLATIVO N° 418/89

mandar pagar, à ANTONIO DOS SANTOS FILHO, ex-Deputado Estadual Constituinte de 1947, pensão mensal correspondente a cinquenta por cento (50%) dos subsídios fixos dos Deputados Estaduais, de acordo com o Art. 246, da Constituição do Estado do Paraná, promulgada em 05 de outubro de 1989, a partir da data da promulgação.

(Prot. n° 9105.)

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO", em 1°.11.89.

#### Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

#### PORTARIA N 145/89

conceder ao funcionário GERSON EVANGELISTA PASSOS, matrícula n° 336, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao ano de 1989, a partir de 06 de novembro do corrente ano.

(Prot. n° 9892).

#### PORTARIA N° 146/89

conceder a funcionária MARIA DE LOURDES GOMIDE MAFRA MAGALHÃES, matrícula n° 011, ocupante do cargo de Taquígrafo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao ano de 1989, a partir de 04 de dezembro do corrente ano.

(Prot. n° 9927).

#### PORTARIA N° 147/89

conceder ao funcionário PAULO DE TARSO DE

OLIVEIRA ABBAS, matrícula n° 403, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao ano de 1989, a partir de 06 de novembro do corrente ano.

(Prot. n° 9949).

PORTARIA N° 148/89

conceder a funcionária HELENA REGINA STEPHAN MORO, matrícula n° 076, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao ano de 1989, a partir de 06 de novembro do corrente ano.

(Prot. n° 9846.)

PORTARIA N° 149/89

conceder a funcionária EMÍLIA DE MIRANDA BECKER, matrícula n° 374, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao ano em curso, a partir de 06 de novembro de 1989.

(Prot. n° 9840.)

PORTARIA N° 150/89

conceder, a JOSÉ GUILHERMINO FILGUEIRAS, matrícula n° 509, ocupante do cargo de Procurador, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao ano de 1989, a partir de 1° de novembro do corrente ano.

(Prot. n° 9842.)

PORTARIA N° 151/89

conceder ao funcionário EDMIR ENEZIO DA SILVA, matrícula n° 1445, ocupante do cargo em Comissão, símbolo DAS 3, de Tesoureiro Geral, deste Poder Legislativo, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1989, a partir de 06 de novembro do corrente ano.

(Prot. n° 9819).

PORTARIA N° 152/89

conceder ao funcionário LUIZ CARLOS MOLINARI, matrícula n° 090, ocupante do cargo de Consultor Técnico às Comissões, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao ano de 1989, a partir de 06 de novembro do corrente ano.

(Prot. n° 9821).

PORTARIA N° 153/89

conceder ao funcionário ELEOVAN CEZAR RIBEIRO, matrícula n° 373, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao ano de 1989, a partir de 06 de

novembro do corrente ano.

(Prot. n° 9820).

PORTARIA N° 154/89

conceder ao funcionário RONALDO BAPTISTA, matrícula n° 430, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1989, a partir de 06 de novembro do corrente ano.

(Prot. n° 9818.)

PORTARIA N° 155/89

conceder, ao funcionário VALTER ANTONIO MARCHIORATO, matrícula n° 366, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao ano de 1989, a partir de 06 de novembro do corrente ano.

(Prot. n° 9816).

PORTARIA N° 156/89

conceder ao funcionário WILLIAMS ROLANDO ROMANZINI, matrícula n° 1271, ocupante do cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria Financeira, deste Poder Legislativo, trinta (30) dias de férias, referentes ao ano de 1989, a partir de 06 de novembro do corrente ano.

(Prot. n° 9817).

PORTARIA N° 157/89

conceder, a funcionária CELI EUCLEIA GALLIANO, matrícula n° 415, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, referente ao presente exercício, a partir de 01 de novembro de 1989.

(Prot. n° 9724).

PORTARIA N° 158/89

conceder a funcionário SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR, matrícula n. 434, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referente ao ano de 1989, a partir de 1° de novembro do corrente ano.

(Protoc. n. 9719)

PORTARIA N° 159/89

conceder ao funcionário JUARES DE QUADROS GONÇALVES, matrícula n. 513, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao ano de 1989, a partir de 06 de novembro do corrente ano.

(Protoc. n. 9693)

PORTARIA N° 160/89

conceder a funcionária PAULA GREIFFO COUTINHO, matrícula n. 004, ocupante do cargo

de Consultor Legislativo, Classe "B", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao ano de 1989 a partir de 06 de novembro do corrente ano.

(Protoc. n. 9786)

PORTARIA N° 161/89

conceder a funcionário ZENO PACIORNIK, matrícula n. 411, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referente ao ano de 1989, a partir de 1° de novembro do corrente ano.

(Protoc. n. 9683)

PORTARIA N° 162/89

conceder ao funcionário JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, matrícula n. 419, ocupante do cargo de Consultor Técnico às Comissões, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao ano de 1989, a partir de 06 de novembro do corrente ano.

(Protoc. n. 9682)

PORTARIA N° 163/89

mandar incorporar, para todos os efeitos legais ao acervo de serviço público de ODETE MULLER, matrícula n. 016, ocupante do cargo de Taquígrafo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver afastado do exercício de suas funções durante o 1° quinquênio, compreendido entre 09 de maio de 1983 e 09 de março de 1988, antecipado em razão da incorporação das férias de 1985, contadas em dobro.

(Protoc. n° 8411)

PORTARIA N° 164/89

1) mandar, contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARIA ELISA REBELLO BORGES, matrícula n. 606, ocupante do cargo de Taquígrafo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1988, deixadas de gozar; e, 2) mandar incorporar, para todos os efeitos legais nos termos do Art. 248, da citada Lei n. 6174, ao acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a quem tem direito, em virtude de não haver afastado do exercício de suas funções durante o 1° quinquênio, compreendido en-

Curitiba, quinta, em 09.11.89

tre 27 de fevereiro de 1980 e 27 de dezembro de 1984, antecipado em razão da incorporação correspondente das férias de 1983, contadas em dobro.

(Protoc. n° 4001)

PORTARIA N° 165/89

conceder de acordo com o Art. 7°, inciso XVIII, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, a funcionária LUCIA HELENE BOCATTO KHURY, funcionária contratada (CLT), deste Poder Legislativo, cento e vinte dias (120), de licença maternidade, a partir de 23 de setembro do corrente ano.

(Protoc. n° 9526)

PORTARIA N° 166/89

conceder, de acordo com o Art. 7° inciso XVIII, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, a funcionária contratada, deste Poder Legislativo, VANESSA ELLING SCHUSTER, cento e vinte dias (120) dias de licença maternidade, a partir de 17 de outubro do corrente ano.

(Protoc. n. 9416)

PORTARIA N° 167/89

conceder a funcionária ISIS RITA DE CASSIA COSTA, matrícula n. 205, ocupante do cargo de Taquígrafo, Classe "A" do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes a 1988, a partir de 1° de novembro do corrente ano.

(Protoc. n° 9492)

PORTARIA N° 168/89

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARIA DO ROSÁRIO MARQUES, matrícula n. 064, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174 de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 2° quinquênio, compreendido entre 19 de janeiro de 1981 e 19 de maio de 1985, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 1° quinquênio e das férias de 1962, contadas em dobro.

(Protoc. n. 8419)

PORTARIA N° 169/89

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor do funcionário DEONILSO ROLDO, matrícula n. 117, ocupante do cargo de Jornalista, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174 de 16 de novembro de 1970, com nova redação

dada pelo Art. 2º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1988, deixadas de gozar.

(Protoc. n. 7480)

PORTARIA N° 170/89

mandar contar, para efeitos de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do Art. 130, inciso III, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de GERSON EVANGELISTA PASSOS, matrícula n. 336, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano e vinte e um (21) dias, período compreendido entre 01 de julho de 1964 a 22 de julho de 1965, em que prestou serviços à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL.

(Protoc. n° 4003).

Gabinete da Diretoria Geral, em 07.11.89.

PORTARIA N° 171/89

conceder, a funcionária AURORA RIBEIRO GONÇALVES, matrícula n. 193, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1989, a partir de 09 de novembro do corrente ano.

(Protoc. n. 10044)

PORTARIA N° 172/89

conceder, a LUIZ CARLOS MONTEIRO, matrícula n. 1272, ocupante do cargo de Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenador da Gráfica, trinta (30) dias de férias, referente ao ano de 1989, a partir de 01 de novembro do corrente ano.

(Protoc. n. 10050)

Gabinete da Diretoria Geral, em 09.11.89.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA  
BALANCETE REF. PERÍODO DE 01.01.89 a 30.09.89

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
CONTAS CORRENTES		I.R. Fonte a Recolher.....	
Banestado .....	20.812,49	Seguros a Pagar .....	30.546,96
Bamerindus .....	0,80		1.309,50
	20.813,29		31.856,46
POUPANÇA		PATRIMÔNIO	
Banestado .....	2.480.651,98	Patrimônio Líquido ...	1.519.844,44
Bamerindus .....	4.696.077,91	RECEITA	
	7.176.729,89	Renda de Contribuições .....	612.683,62
APLICAÇÕES		Renda de Títulos .....	7.151.509,99
Bamerindus c/Over Night .....	1.100.671,29	Juros de Empréstimos .....	66.636,55
EMPRÉSTIMOS		Contrib. Lei 7771/83 .....	18.351,01
Empréstimos Concedidos .....	15.807,29		7.847.181,17
	8.314.021,76		
IMOBILIZADO			
Móveis e Utensílios .....	0,03		
DESPESAS			
Aposentados .....	1.073.184,59		
Serviços de Terceiros .....	11.491,16		
Materiais de Consumo .....	184,53		
Seguros.....	1.084.860,28		
TOTAL DO ATIVO .....	9.398.882,07	TOTAL DO PASSIVO.....	9.398.882,07

LAURO LOBO ALCANTARA  
Tesoreroiro

WERNER WANDERER  
Presidente

VICENTE P. RODACKI  
Contador CRC-PR 6635